

“A + B”: ENIGMA E INTERPRETAÇÃO

José Américo Miranda
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este artigo investiga nas crônicas “A + B” a recorrência de temas e procedimentos utilizados por Machado de Assis em toda a sua obra de prosador. Entre os temas estão o tempo e a questão das aparências na vida social. Entre os procedimentos, há o emprego da forma dramática (o diálogo), a técnica das transições, a aproximação de contrários, o disfarce das posições pessoais do autor. A partir desses tópicos e da posição temporal das crônicas – que se situam no momento em que autor alcançou a maturidade na arte de escrever –, procura-se demonstrar que a pequena série de sete crônicas é uma peça artística de alta densidade, estilisticamente notável e com forma definida.

Palavras-chave: Crônica brasileira, Machado de Assis, A + B, Procedimentos composicionais.

I

O pequeno conjunto de crônicas que Machado de Assis publicou, na forma de diálogos entre A e B, na *Gazeta de Notícias*, de 12 de setembro a 24 de outubro de 1886, é extremamente enigmático. Nele, entretanto, apesar de sua brevidade, ou talvez por ela mesma, podemos surpreender alguns movimentos bem característicos do processo criativo do escritor.

Parte do enigma, ou quem sabe a totalidade dele, deriva das formas composicionais das crônicas, apontadas e abordadas com um “método arqueológico” por Dário Ferreira Sousa Neto, a partir dos conceitos e da observação dos estudos de Michel Foucault, na *Arqueologia do saber*. Diz ele: “O gênero crônica transforma diferentes saberes definidos como oficiais e legitimados como saberes científicos, religiosos, políticos, filosóficos, mas também opera com saberes cotidianos, não oficiais, fragmentados e sem recorrência histórica.” (SOUSA NETO, 2008, p. 16)

Além da diversidade dos discursos que servem ao cronista, Dário Ferreira Sousa Neto assinala ainda que “a novidade desses textos é o uso sequencial dos diálogos, formando um *corpus* coeso que estabelece relações intertextuais e paródicas com o diálogo *Suplemento à Viagem de Bougainville ou diálogos entre A e B* do filósofo iluminista Denis Diderot.” (SOUSA NETO, 2008, p. 15)

Este estudo é uma tentativa de identificar alguns dos procedimentos composicionais dessas crônicas, procedimentos que são recorrentes na prosa machadiana em geral. O primeiro deles, que logo salta à vista, que caracteriza o pequeno conjunto, é o aspecto dialógico. Dizer dialógico aqui significa também dizer dramático: trata-se de um conjunto de crônicas dialogadas. A e B, as “personagens” que dialogam, são uma espécie de representação da máquina mental em funcionamento – não há uma instância enunciativa que as coloque em cena; desde o início elas já estão lá, conversando, comentando, argumentando. O modo de apresentação, portanto, é o do drama, em que o leitor (ou espectador) vê diretamente os personagens em diálogo uns com os outros.

Em tese defendida recentemente por Nilton de Paiva Pinto, sobre o teatro de Machado de Assis entre os anos de 1860 e 1870, ficou assinalado que a carreira literária do escritor começou pela poesia e pelo teatro – e, mais importante para a finalidade da tese (e não menos para este nosso estudo), que Machado de Assis “nunca abandonou de todo a forma dramática, como nunca abandonou de todo a poesia.” (PINTO, 2020, p. 64)

Glosando esse mote, podemos lembrar que até depois da morte de d. Carolina o poeta escreveu versos; o soneto “A Carolina”, escrito depois de já publicadas as suas *Poesias completas*, em 1901, e depois da morte de sua mulher, ocorrida em 1904, é uma de suas poesias mais conhecidas. E quanto ao teatro, observemos que duas de suas peças – “Não consulte médico” e “Lição de botânica”; ambas da década de 1890 – apareceram pela primeira vez em livro justamente no penúltimo publicado pelo autor, *Relíquias de casa velha*, em 1906¹ – por sinal, a mesma obra que traz o mencionado soneto. Depois desse livro, só apareceu o *Memorial de Aires*, em 1908 – ano da morte do escritor.

¹ “Não consulte médico” aparecera antes na *Revista Brasileira*, v. 8, p. 321-350, em 1896; “Lição de botânica” apareceu pela primeira vez em *Relíquias de casa velha*. Cf. SOUSA, 1955, p. 667-668 e p. 687.

O autor da tese, além de mencionar textos dialogados, mas que apresentam também uma voz narrativa; além de mencionar autores que apontaram o papel da forma dramática, ou seja, dos diálogos, nos momentos cruciais das obras ficcionais do escritor; além disso, apresenta uma lista de textos exclusivamente dialogados, entre os quais aparece “A + B”, a pequena série de crônicas de que ora tratamos. (Cf. PINTO, 2020, p. 64-65)

Na quarta crônica dessa pequena série – “A + B” – (repare-se que a quarta é a crônica central do conjunto: há três antes dela, e três depois), duas peças de teatro são buscadas na memória do cronista, para comparações na discussão da situação política vivida naquelas semanas. O *vaudeville* antigo, *Chapéu de palhinha de Itália*, de Eugène Labiche, que estreou em 1851, é usado numa analogia com as relações entre o ministério e o senado; e o melodrama italiano *Eran due, or sono tre*, de Luigi Ricci, ainda mais antigo (1834), é lembrado porque seu título servia bem à situação do número de chapas que concorriam à eleição para o senado em 1886 – uma do Partido Conservador e duas do Partido Liberal. Instalado bem no centro da composição do conjunto de crônicas está, portanto, uma argumentação que leva em conta o teatro.

É digna de observação, ainda, a situação temporal da série “A + B” na trajetória do artista. Se situarmos no ano de 1855 o início de sua carreira literária (o único poema de 1854 foi publicado no final desse ano, em dezembro), e o seu final em 1908, ano do *Memorial de Aires* e da morte do escritor, veremos que 1886, em que foram publicadas as crônicas dessa série, está bem perto do centro de sua carreira. Este ano é um dos extremos da década que começa em 1877, década em que foram compostas as obras *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Papéis avulsos*. Dos textos reunidos neste último volume, apenas dois são anteriores a 1877: “Uma visita de Alcibíades” é de 1876, e “A chinela turca” é de 1875. (Cf. SOUSA, 1955, p. 493 e p. 480) Visto assim o ano de publicação dessas crônicas, como ponto final de uma década (1877-1886), ficam para trás (da década) 22 anos de caminho percorrido e outros 22 pela frente, a serem percorridos. Se fomos levados a tal raciocínio por um senso de composição semelhante ao que tinha o próprio do escritor, se buscamos com essas marcas temporais alguma simetria para o desenho mental das ideias que aqui propomos, não é só disso que se trata. O reconhecimento da posição central dessas crônicas no conjunto da obra, ou sua pertença à constelação de obras dessa época central, obriga-nos a aguçar a vista e a

atenção. Os textos nos parecem difíceis e enigmáticos, mas demandam – e o merecem – todo o interesse.

As letras A e B, empregadas pelo cronista – que assinalam relação intertextual com Denis Diderot –, Sidney Chalhoub as associa ao tema geral da série, assim como ao pseudônimo – João das Regras – adotado nelas por Machado de Assis. Diz ele: “João das Regras era [...] apelido que cheirava a finanças e política. E A + B? A e B são letras; se o assunto é finanças, letras de câmbio, por exemplo, ou mais amplamente, papel que vale dinheiro, e dinheiro sem ouro como lastro.”² (CHALHOUB, 2005, p. 75)

II

A primeira crônica da série pode ser tomada – aliás, qualquer uma das outras seis também o poderia ser –, por sua estrutura, como uma espécie de síntese do conjunto; os procedimentos, sem qualquer sinal de monotonia, repetem-se em todas elas. O primeiro interlocutor, representado pela letra A, faz um comentário sobre o tempo; o tempo, que tanta matéria forneceu ao artista-pensador Machado de Assis.

No primeiro verso do primeiro livro de poesias do autor (como no primeiro conto publicado por ele, em 1858, “Três tesouros perdidos”, já encontramos o adultério), já nos deparamos com ele (o tempo):

Que a mão do tempo e o hálito dos homens
Murchem a flor das ilusões da vida,
Musa consoladora,
É no teu seio amigo e sossegado
Que o poeta respira o suave sono[.]
(ASSIS, 1864, p. 21; sem o ponto final nesta edição)

Sobre o poema “Os dous horizontes”, publicado em *Crisálidas* (1864), em que trata das dimensões temporais (passado, presente, futuro), escreveu o prof. Wilton Cardoso, que o definiu [o poema] como “um primor de oximoro”: “(...) Machado confunde num só plano o bem passado – ou, dizendo melhor, a esperança passada do bem que não se realizou – e o desengano presente – isto é, o desengano do passado, que é a negação das suas esperanças (...)”. (CARDOSO, 1958, p. 39 e p. 40) De fato, dizem os versos:

² Sobre João das Regras, ver estudo de Gilson Santos, intitulado “Edição da série de crônicas ‘A + B’”, neste número da *Machadiana Eletrônica*.

No breve correr dos dias
Sob o azul do céu, – tais são
Limites no mar da vida:
Saudade ou *aspiração*;
Ao nosso espírito ardente,
Na avidez do bem sonhado,
Nunca o presente é passado,
Nunca o futuro é presente.

Que cismas, homem? – Perdido
No mar das recordações,
Escuto um eco sentido
Das *passadas ilusões*.
Que buscas, homem? – Procuo,
Através da imensidade,
Ler a doce realidade
Das *ilusões do futuro*.

Dous horizontes fecham nossa vida.
(ASSIS, 1864, p. 108-109; grifos nossos)

O verso decassílabo que termina o poema também o abre – fechando o círculo pedestre dos setissílabos, à maneira de horizonte. O passado é saudade, é ilusão passada; o futuro é aspiração, nunca é presente, é composto de ilusões. Eis o oximoro feito de oximoros (saudade da ilusão passada, não realizada; aspiração pela ilusão futura, antevisão do fracasso). A figura do oximoro, de outros modos, bem poderia ser aplicada às crônicas de “A + B”: A e B poderiam ser, em representação abstrata, os dois termos que o formam.

Do primeiro verso do primeiro poema do primeiro livro, passemos ao último parágrafo de *Memorial de Aires*, último livro (para fechar também o círculo):

Há seis ou sete dias que eu não ia ao Flamengo. Agora à tarde lembrou-me lá passar antes de vir para casa. Fui a pé; achei aberta a porta do jardim, entrei e parei logo.
– Lá estão eles, disse comigo.
Ao fundo, à entrada do saguão, dei com os dous velhos sentados, olhando um para o outro. Aguiar estava encostado ao portal direito, com as mãos sobre os joelhos. D. Carmo, à esquerda, tinha os braços cruzados à cinta. Hesitei entre ir adiante ou desandar o caminho; continuei parado alguns segundos até que recuei pé ante pé. Ao transpor a porta para a rua, vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a *saudade* de si mesmos. (ASSIS, 1908, p. 273; grifo nosso. Curiosamente, ou propositalmente, a anotação vem sob o título “Sem data.”)

Aí está a dimensão do passado, travestida de “saudade”. Fecha-se, assim, de maneira discreta, disfarçada, na obra do escritor, o círculo do tempo.

O tempo rendeu também à profa. Dirce Cortes Riedel uma tese (1957), para obtenção do título de livre-docente de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), publicada com o título *O tempo no romance machadiano*. (Cf. RIEDEL, 1959)

Voltemos, porém, a “A + B”. Na primeira crônica, a propósito do comentário de A sobre o tempo, B, prosaicamente, indaga: “Que tempo?” – e o assunto baixa das nuvens para o rés-do-chão, nível apropriado à visão do cronista, conforme Antonio Candido:

Por se abrigar neste veículo transitório [o jornal], o seu intuito [do escritor] não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha,³ mas do simples rés-do-chão. (CANDIDO, 1980, p. 6)

Que Machado de Assis, em 1886, já era respeitado pela proeminência de suas ideias “filosóficas”, dá-o por certo Dermeval da Fonseca, nos versos que foram lidos por Filinto de Almeida na festa que fizeram em homenagem a ele (Machado), no hotel Globo, no dia 6 de outubro desse ano de 1886 – justamente na época em que publicava “A + B”. Diziam os versos (jocosamente) sobre o homenageado:

Romancista: fez *Helena*,
Fez também *Iaiá Garcia*;
Pondo *Brás Cubas* em cena,
Fez também filosofia. (FONSECA, 1886, p. 326)

Para Sidney Chalhoub, o título da série e o pseudônimo do cronista, “além de remeter a política e finanças”, “sugerem a busca de uma determinada lógica do tempo, como se fosse possível observar um nexos subjacente aos fatos, diversos e aparentemente fragmentados, que são comentados pelas personagens.” (CHALHOUB, 2005, p. 76)

³ O “alto da montanha” é uma imagem cara a Machado de Assis; veja-se o poema “No alto”, que fecha o conjunto das “Ocidentais”, nas *Poesias completas* (1901, p. 361). Registro essa observação, embora o texto de Antonio Candido não diga respeito a este autor, mas a outros – Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga.

Há no método criativo de Machado de Assis algo de que o início da primeira crônica deste conjunto é um exemplo: de um campo amplo e rico – o tempo, neste caso – passa-se, por um atalho, a um detalhe, a uma parte, a um aspecto periférico da questão principal – neste caso, o detalhe é “o agora”, a atualidade, a contemporaneidade, o tempo do senso comum (despido de dimensão filosófica), o tempo reduzido ao presente, o tempo que passa –, que, por sua vez, conduz a outro campo aberto, também amplo e rico.

A primeira referência, que baixa o tom da conversa, que a traz das alturas da abstração ao chão da história, é ao presidente (na época) da república do Uruguai – o general Santos. Da menção ao general, que sofrera um atentado no mês anterior e se encontrava em recuperação, passa-se a outro evento aparentemente sem conexão com o primeiro, um “roubo” ocorrido em Pernambuco. Entretanto, essa aparente falta de nexo tem lá suas razões, suas ligações subterrâneas. Os dois acontecimentos têm algo em comum: são ambos do tempo presente; estão ambos no noticiário daqueles dias. E há certa gradação descendente, que combina bem com o desembarque da noção de tempo no momento presente, nessa passagem: do atentado a um general presidente (no estrangeiro) passa-se a um roubo numa repartição pública (no país). O “roubo” na tesouraria de fazenda de Pernambuco fica, assim, associado ao atentado ao presidente uruguaio – “pois tudo isso é do tempo.” O texto vai, desse modo, elaborando para si uma arquitetura (aérea, como o são todas as construções literárias ou poéticas).

Com o “roubo”, entra na crônica o grande tema da série: o dinheiro e as esferas que lhe são correlatas; a maior (campo da política, de amplitude nacional) – o orçamento, que estava sendo votado no parlamento; a menor (os casos miúdos, particulares) – os desfalques, as falsificações... as aparências, enfim. As aparências, como veremos, abrangem ambas as esferas – a maior e a menor.

É tal a densidade desses textos, que os aspectos ou os temas que neles aparecem servem ao mesmo tempo a diversas dimensões de sua estrutura. O travamento é firme, confere solidez à arquitetura. Uma dessas dimensões são os jogos temporais. Outro aspecto são as falsas aparências: o “roubo” (logo o leitor há de descobrir o porquê das aspas) de Pernambuco atende a ambas. Sendo assim, esse mesmo acontecimento aparece aqui e aparecerá mais tarde, em outro plano de nossa argumentação. (Fique o leitor avisado.)

Na notícia do “roubo na tesouraria” havia já um engano, um equívoco, não do autor, mas do tempo dele, do noticiário daqueles dias: o que houve na tesouraria de Pernambuco, descobrir-se-á adiante (na segunda crônica da série), não foi roubo – foi desfalque. De início, diziam os jornais que foram encontradas “as chaves falsas com que foram abertos os cofres da tesouraria”, que a “casa forte havia sido forçada”. (Cf. *Gazeta de Notícias*, p. 1, 10 set. 1886) Tudo falso; não houve roubo, apenas aparência de roubo. Entra aqui o tempo como colaborador – não podia o cronista, àquela altura, saber que o roubo seria desmascarado poucos dias depois.

O próprio cronista havia, muitos anos antes (em 1864), depois de sem sucesso tentar redigir um programa para a série de crônicas que se dispunha a escrever (“Ao acaso”), declarara: “O folhetim não é outra coisa mais do que o acaso, o vago, o indeterminado; é o acontecimento que há de haver, [...]; o folhetim reside no dia seguinte, vive do futuro, sai do ventre de todas as semanas, – às vezes Minerva armada, – às vezes *ridiculus mus*.” (ASSIS, 1864, p. 1) Se a crônica vive do imprevisto, daquilo que jaz no bojo do futuro, sua colaboração [do tempo] aqui veio a casar-se com os propósitos (conscientes?) do escritor. O “roubo” não era o que parecia ser, era outra coisa. Entramos assim num dos grandes temas da obra de Machado de Assis: o jogo das aparências. Voltaremos a isso. Por ora, ficamos no tempo, com o tempo.

É necessário, também, que demos tempo ao tempo. Ele (o tempo) aparecerá nos sistemas de oposição de contrários, até mesmo de fusão de contrários (o oximoro!), que o autor incessantemente usa; e aparecerá, também, amalgamado a outros elementos, relacionado à questão – central na obra machadiana – das aparências. Sempre que possível, nós o assinalaremos, para que veja o leitor como o aparente emaranhado das ideias implica, na verdade, uma organização que resulta no travamento estrutural da totalidade do texto – o conjunto das sete crônicas. Vamos ao passo seguinte.

III

Na primeira crônica, além do “roubo” ocorrido em Pernambuco, entram dois outros casos: o do consulado português e o do *English Bank*; não se fala, entretanto, em desfalque – os episódios são referidos como “casos”. Faz companhia a esse cortejo uma falsificação, a do testamento de Custódio José Gomes, conhecido como Bíblia. Os

desfalques vão ser uma espécie de *leitmotif* nessas crônicas, e os testamentos falsificados (haverá outro!) acompanham-nos como um tema subsidiário.

Quando a segunda crônica foi publicada, o roubo de Pernambuco já havia sido desmascarado – aparece, então, a palavra “desfalque”. Enquanto laborava no “engano” (sobre o sumiço do dinheiro em Pernambuco), antes da descoberta de que o roubo era falso, o cronista nos divertia (a nós, seus leitores) com sua capacidade extraordinária de “ficcionalizar” a realidade. Há como que um amálgama entre esses planos em toda a obra do escritor: apresentam-se em primeiro plano, nas crônicas, os acontecimentos reais; nos contos e romances, passam eles ao segundo plano – sem, porém, nunca deixar de estar lá. Algumas de suas crônicas são de tal modo ficcionais, que não se pode mais distinguir uma coisa da outra. Nesse conjunto, na sexta delas, há uma visita de A à câmara dos deputados, na companhia de uma mulher, que, embora não tenha ocorrido, nos deixa com a forte sensação de algo acontecido; oscilamos, depois de lê-la, entre o crer que tenha ocorrido e o acreditar que é pura invenção. A riqueza de detalhes do diálogo (aquelas duas tribunas na sala de espera! aqueles discursos de Afonso Celso Júnior e de Martinho Campos!) apresenta a câmara e seu ambiente ao leitor – dando-nos (a nós leitores) a forte impressão do vazio da câmara, enquanto o senado, onde acontecia naquele dia a assembleia geral (a fusão), regurgitava de gente.

Voltemos, porém, ao roubo de Pernambuco. O cronista lamenta que não tenha ficado nada na caixa de dinheiro, “um bilhete que fosse, – um bilhete de quinhentos réis”, para dar explicações à polícia. Não era bem isso o que dizia o noticiário; algumas notas haviam, sim, segundo alguns jornais, ficado para trás.⁴ O escritor modula o discurso para seus efeitos, em busca de certa expressividade dramática. O apólogo, de tão sintético e tão rico em humor – como artifício de composição – chega a ser genial; eis como narra o cronista o depoimento que atribui ao bilhete de quinhentos réis à polícia:

⁴ Veja-se como o *Diário de Pernambuco*, na seção “Revista Diária”, de 10 de setembro de 1885, p. 2, relatou o fato: “Roubo na Tesouraria de Fazenda – Ontem, às 9 ½ horas da manhã, descobriu o Sr. Dr. Eduardo de Barros Falcão de Lacerda, tesoureiro da Tesouraria de Fazenda, que estavam abertas não só a porta do quarto, como também a grade de ferro da casa forte, onde existe o cofre. / Imediatamente tratou de dar parte do ocorrido ao Sr. comendador Kelly, inspetor daquela repartição; e, depois de chegarem os Exms. Srs. Drs. presidente da província e chefe de polícia, bem como diversas pessoas gradadas, verificou-se haverem sido forçadas as referidas portas, assim como a do cofre, estando o pavimento da casa forte alastrado de cédulas. Achou-se um saco cheio de notas e dous vazios.”

Os meus colegas, diria esse gracioso infante, saíram daqui com intenção de evitar, embora por caminhos mais longos e tortuosos, a estrada do imposto por exemplo, que é comprida como todos os diabos. Não voltarão todos juntos, nem no mesmo ano; mas, se é verdade que Roma não se fez num dia, também é certo que não se desfez num ano. Foi o que eles me disseram. (ASSIS, p. 1, 12 set. 1886)

A própria narrativa do roubo já começara sob os signos da ficção e do humor: “Também há poucos dias estavam uns oitocentos contos muito caladinhos, na tesouraria de fazenda de Pernambuco; vai senão quando pegam em si e abandonam a caixa, sem deixar a menor notícia do destino [...]” (ASSIS, p. 1, 12 set. 1886)

No embalo da ficção, outros pontos da realidade são trazidos à trama dialógica: um sumiço de dinheiro no consulado português e o caso do *English Bank* – e, vinculado a este, passa o diálogo à fábula, pois “as fábulas são ainda agora as cousas mais verdadeiras desse mundo e do outro”. O próprio Deus falara por meio de parábolas. Fabulação e narrativa do real: neste e em muitos outros pontos da obra machadiana essas coisas andaram muito unidas. E que são fábulas, senão certas aparências que querem, na verdade, dizer outras coisas? Repetimos, simplificando (e complicando): o que são fábulas, senão aparências? Alfredo Bosi traçou as linhas gerais das grandes obras machadianas (romances e contos), no tocante ao desenvolvimento (e aos desdobramentos e maneiras) das “histórias de suspeita e engano”, reconhecendo que na vida social, é preciso render-se à “Aparência dominante”; segundo ele, “a vida em sociedade, segunda natureza do corpo, (...) exige máscaras.” (BOSI, 1999, p. 83, p. 86 e p. 102) Pois essa mesma dinâmica, feita de ocultação e desvelamento, aparece nesses textos de outro gênero, as crônicas de “A + B”. Aqui (nas crônicas, no jornal diário) como lá (na ficção, nos romances e nos contos), valem bem estas palavras: “Nem utópica nem conformista a razão machadiana escapa das propostas cortantes do *não* e do *sim*: alumia e sombreia a um só tempo, espelha esfumando, e arquiteta fingidas teorias que mal encobrem fraturas reais.” (BOSI, 1999, p. 126; grifos do autor)

Na crônica de 16 de setembro (a segunda da série), a fabulação se eleva a nível mais alto, passa à esfera da política. Os desfalques, no consulado português, na tesouraria de Pernambuco e no *English Bank* foram feitos por simulação na contabilidade. Nos livros de escrituração, tudo normal, entradas, saídas, créditos, débitos. As conferências, no entanto, eram feitas pela contagem dos maços de notas,

sem que fossem conferidas as quantias exatas de cada maço. Então, uma nota de mil-réis por fora e notas menores por dentro faziam a fortuna dos fraudadores. Bela ideia, que o cronista aplicou metaforicamente aos políticos.

Esta crônica, a segunda, começa justamente por “uma ideia”, que ocorreu a A. B se apressa em dizer-lhe: “Guarde-a, guarde-a... Uma ideia, amigo! É encafuá-la; é metê-la nos cafundós do espírito.” Não convém revelar ideias; está clara a “ideia” – mostrar uma ideia é expô-la ao engano, é o mesmo que dar-lhe uma aparência, ou seja, torná-la falsa. Mas A não resiste e expõe sua teoria: “Imaginei que algumas das nossas cabeças públicas podem ser assim compostas de uma grande nota por fora e outras miúdas por dentro.” – diz a B. “Uma nota grande, vistosa, cem mil-réis, encapando uma porção de quinhentos réis muito rafados, e embaindo a multidão.” – continua. À observação de B, de que as notas não podem ficar para sempre emaçadas, pois há despesas a pagar, A não se dá por vencido: “Há despesas, mas há também crédito.” – argumenta. O maço de notas falso (contém quantia menor do que aparenta ter) equivale ao homem público (cujo valor não confere com a aparência) e equivale, também, ao crédito (que permite a alguém a compra de um bem sem que tenha o dinheiro que o pague). A ideia aplica-se às reputações, e, com isso, alcança-se a esfera dos valores morais. Como nas fábulas e parábolas. É onde há de chegar o autor; está aberta a picada que vai dar na estrada real...

Seguiremos por ela. Mas retornemos à primeira crônica, em busca de um fio que ficou perdido por lá. Antes da descoberta de que o roubo não foi roubo, antes mesmo do roubo aparecer no diálogo, havia o general Santos. Também ele (como os desfalques e os testamentos falsos) reaparece nas crônicas, pois retorna justamente na última delas, fechando o conjunto, fazendo crer ao leitor que o autor as planejou assim, como obra composta por sete capítulos.

Na sétima das crônicas, publicada em 24 de outubro, volta o general Santos a ser assunto – alguém, uns “coronéis”, tentava tomar-lhe o poder. Coisa do tempo. Mas ao fim e ao cabo (com o perdão do trocadilho), no bojo das ideias sobre a corrupção do parlamentarismo (assunto seríssimo), o general aparece de novo, misturado caoticamente ao parlamentarismo, a um alfaiate, a roupas feitas sob medida, a José Telha – que assinava as matérias do jornal que traziam o título de “Macaquinhos no sótão”, e que não era outro senão o gordo Ferreira de Araújo, um dos donos da *Gazeta de Notícias* –, num modo quase cômico, com aparência de acaso. Coisa do cronista.

O general e os coronéis que pretendiam tirá-lo da cadeira de presidente são figuras vistosas, cuja “alma exterior” (como no caso do Jacobina de “O espelho”, conto publicado por Machado de Assis em *Papéis avulsos*, 1882) é o uniforme. Eles nos aparecem à imaginação por suas roupas. Não é de todo estranho, portanto, que o cronista tenha passado deles (o general e os coronéis), e do parlamentarismo, a um alfaiate.

Sobre as roupas e suas relações com a questão do vestuário e do adorno – vestes e objetos de uso pessoal –, que reputamos central na obra machadiana, afirmou Eugênio Gomes, numa conferência admirável: “Tais representações da exterioridade social contêm um variado e complexo simbolismo, em que mais ou menos todos os moralistas se inspiraram para combater o mundo das aparências, pelo qual se deixa atrair de maneira inelutável a vaidade humana.” (GOMES, 1958, p. 67)

No tocante a essa questão, Gilda de Mello e Souza apontou o distinto tratamento que Machado de Assis dá às roupas masculinas e às femininas. No caso masculino, ela observou que Machado de Assis se detém preferencialmente nas roupas dos personagens – é por elas que ele lhes confere personalidade –, ao passo que no caso feminino a atenção se volta para o corpo propriamente. No homem a roupa tem uma “função identificadora”, cumpre “sobretudo um papel civil, definidor de *status* e instaurador de uma identidade fictícia”. (SOUZA, 2005, p. 88)

Nos textos machadianos há muitas referências e usos os mais variados para as roupas. Na peça “O protocolo”, a personagem Elisa, numa discussão com o marido, pergunta-lhe, quando ele lhe diz que vai “devolvê-la” ao pai (estavam casados há menos de cinco meses): “Fui tirada há meses da casa de meu pai para ser sua mulher; agora, por um pretexto frívolo, leva-me de novo ao lar paterno. Parece-lhe que eu seja uma casaca que se pode tirar por estar fora de moda?” (ASSIS, 1863, p. 79)

De “Antes da missa” (uma cena dramática), um outro exemplo – d. Laura concorda com d. Beatriz, que não fora ao baile da véspera por não ter um vestido novo, nestes magníficos versos alexandrinos:

Tens razão; na verdade, um vestido não é
Uma opa, uma farda, um carro, uma libré. (ASSIS, 1878, p. 1)

E numa crônica de “A Semana”, terceiro exemplo, argumentando sobre o direito do povo de escolher mal os intendentess que os governam, o cronista estende-se: “Assim se perde a liberdade. Hoje impedem-me de meter um pulha na intendência, amanhã proíbem-me andar com o meu colete de ramagens, depois de amanhã decreta-se o figurino municipal.” (ASSIS, p. 1, 6 jan. 1895) Também aqui (neste texto, nessa sequência de exemplos) há certa gradação no conjunto: há a intimidade do casal (“O protocolo”), há um baile (“Antes da missa”), há a municipalidade (“A semana”). Ah! o método...

Em “A + B (24 out. 1886)”, o alfaiate e as roupas se juntam ao dono da *Gazeta de Notícias*, um figurino especial (pois era gordo! e era o patrão!), coisa próxima do cronista – que pode ser alcançada por seus olhos –, e ao general Santos, figura distante, que usa lá seu uniforme de general (e há ainda os coronéis!) – que só lhe chega por meio dos telegramas de Buenos Aires e Montevideú. As coisas longínquas casam-se às vizinhas – tais as fusões que o prosador realiza – na crônica e no conto, no minúsculo e no extenso, nos capítulos e nos romances. Mas isso de passar de um assunto a outro, com todo o jeito de coisa aleatória, como recurso para saltar de um extremo a outro (ou seja, ligar algo a seu contrário), é outro tópico.

IV

Passar assim do início (primeira referência ao general Santos), do começo da primeira crônica, ao fim da última delas (a sétima, em que aparece de novo o mesmo general) faz lembrar o capítulo IX das *Memórias póstumas de Brás Cubas*:

E vejam agora com que destreza, com que fina arte faço eu a maior transição deste livro. Vejam: o meu delírio começou em presença de Virgília; Virgília foi o meu grão pecado da juventude; não há juventude sem meninice; meninice supõe nascimento; e eis aqui como chegamos nós, sem esforço, ao dia 20 de outubro de 1805, em que nasci. Viram? Nenhuma juntura aparente, nada que divirta a atenção pausada do leitor: nada. De modo que o livro fica assim com todas as vantagens do método, sem a rigidez do método. Na verdade, era tempo. Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta, como quem não se lhe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor de quartelão. E como a eloquência, que há uma genuína e vibrante, de uma arte natural e feiticeira, e outra tesa, engomada e chocha. Vamos ao dia 20 de outubro. (ASSIS, 1881, p. 37)

Não deixa de ser essa transição máxima, da morte ao nascimento, essa migração de um extremo ao outro da vida (o tempo!), uma espécie de oposição, um jogo de ideias contrárias. John Gledson, na apresentação a uma das crônicas de “A Semana” (a de n. 137, publicada em 13 de janeiro de 1895), embora constatando o fenômeno em outro contexto, observa que Machado de Assis “gostava muito dessas misturas de coisas aparentemente opostas”. (GLEDSON, 1895)

O fato é que as transições estão relacionadas a esta outra característica que faz avançar a prosa machadiana: as aproximações entre contrários.

Na terceira crônica, “A + B (22 set. 1886)”, depois de uma rápida menção ao ministro Belisário na primeira crônica e de uma entrada mais consistente no campo da política na segunda, a discussão política muda de patamar, passa à forma jurídica do Estado, ao “sistema parlamentar”. O diálogo, porém, começa despretensiosamente com palavras de B, em resposta às primeiras de A (sempre o primeiro a falar), que se queixava de não vê-lo havia bastante tempo (novamente o tempo): “Estive doente; apanhei uma constipação.” Da constipação passa o diálogo às pastilhas, que B oferece a A, em meio à discussão sobre a fusão das casas do parlamento, para a votação de matéria polêmica. E da fusão das casas, ou seja, da assembleia geral, toda a forma do sistema político – o parlamentarismo – é posta em pauta. Parlamentarismo e pastilhas; o grande e o miúdo; as oposições de sempre. Esta oposição entre a altura da esfera política e a insignificância da pastilha encerra o diálogo, com o retorno ao miúdo: A pede a B – “Dê cá uma pastilha.” –; ao que B responde – “Tome lá duas.” Não deixa de ter um efeito cômico tudo isso.

Sob o arco da tensão maior (parlamentarismo x pastilhas), que recobre a estrutura dessa terceira crônica, surgem outras oposições e contrastes: estava em votação no parlamento o orçamento do império, e há uma obscura referência a uma “emenda Correia”, que não conseguimos deslindar... mas que parece vinculada a uma tentativa de correção da interpretação que vinha sendo feita da Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários – interpretação que adiava o fim do trabalho escravo no país. Essa ideia (apesar da falta de pleno esclarecimento do que seja a matéria da emenda Correia) surge da expressão que vem logo depois da referência a ela (à emenda): “Orçamento ou revolução.” Se for disso que se trata, temos os interesses da alta esfera da política opostos (e justapostos) aos do estrato mais baixo da sociedade naquele tempo.

Ainda que a “emenda Correia” não trate do interesse dos escravos, esses interesses estão presentes na discussão do orçamento: na sessão da assembleia geral realizada no dia 9 de outubro apresentaram-se eles (os interesses, evidentemente contrários, dos altos estratos da organização social e do mais baixo deles, composto pelos escravos) – enviezadamente, diga-se. Isso acontece na sexta crônica (publicada em 14 de outubro), que gira em torno de uma figura feminina que fora ao senado assistir à sessão.

Há mais (ainda na terceira crônica): as dificuldades de formação de uma chapa liberal para a eleição de lista tríplice ao senado são contrapostas à sucessão de Alexandre, o Grande – o futuro imediato (a eleição estava marcada para o dia 7 de outubro) justaposto à longínqua Antiguidade (as dimensões do tempo!); o pequeno evento da política (o chefe liberal, Francisco Otaviano, que não se deu ao trabalho de comandar a composição da chapa) de um país periférico (“escassa nação de ontem, sem fisionomia acabada, sem nenhuma influência no século, apenas com um prólogo de história” – como afirmou o próprio Machado de Assis, a propósito de Fontoura Xavier, no ensaio a “A nova geração” – ASSIS, 1879, p. 393) contraposto a um evento notável (a morte de Alexandre) da história do Ocidente.

Assim nos aproximamos, tateando, do método do cronista, do método do escritor, que, “sem gravata nem suspensórios”, liga o grande ao pequeno, o importante ao irrelevante, um detalhe da vida política contemporânea (envolvendo personagens menores) a um acontecimento histórico (envolvendo nada menos do que Alexandre, o Grande).

Sob esse aspecto, as crônicas machadianas participam (seguramente) da criação poética – em sentido amplo, ou seja, da arte da criação literária. Gaston Bachelard refere-se ao que ele chama de “metafísica instantânea”, ao que ele chama de “tempo *vertical*” (ainda e sempre, o tempo!), para caracterizar o que ele (também e ainda) chama de “instante poético”:

Em todo verdadeiro poema [adaptando e estendendo o sentido das palavras, diríamos aqui “literatura” ou “obra literária”] é possível [...] encontrar os elementos de um tempo detido, de um tempo que não segue a medida, de um tempo que chamaremos de *vertical* para distingui-lo do tempo comum, que foge horizontalmente com a água do rio, com o vento que passa. Donde um paradoxo que é preciso enunciar claramente: enquanto o tempo da prosódia é horizontal, o

tempo da poesia é vertical. A prosódia apenas organiza sonoridades sucessivas; regula cadências, administra arrebatamentos e emoções, muitas vezes inoportunamente. Ao aceitar as consequências do instante poético, a prosódia possibilita reunir a prosa, o pensamento explicado, os amores experimentados, a vida social, a vida corrente, a vida deslizante, linear, contínua. Mas todas as regras prosódicas são somente meios, velhos meios. A meta é a verticalidade, a profundidade ou a altura; é o instante estabilizado no qual as simultaneidades, ordenando-se, provam que o instante poético possui perspectiva metafísica.

O instante poético é, pois, necessariamente complexo: emociona, prova – convida, consola –, é espantoso e familiar. *O instante poético é essencialmente uma relação harmônica entre dois contrários.* (BACHELARD, 1985, p. 183-184; grifo nosso)

Parece-nos inegável que a excelência estilística, assim como a densidade textual das crônicas machadianas em geral, e de “A + B” em particular, confere a essas obras menores um grau notável de interesse, por seu valor artístico. Esse tempo vertical de que fala Bachelard encontra-se aqui com o oximoro (fusão de pensamentos que se excluem), com as “misturas de coisas aparentemente opostas” (nas palavras de John Gledson), com a importância que tem o tempo neste pequeno conjunto de crônicas.

V

Mas há espaço para variações, nem tudo há de ser feito de oposições; as contiguidades são também dignas de observação, por sinalizarem a continuação de um tema, de uma ideia, de um processo mental. A crônica seguinte, a de n. 4 (publicada em 28 de setembro de 1886), começa justamente por esta fala de A: “Vinha agora mesmo pensando em Vossa Excelência...” – que causa espanto em B, e resulta nesta justificativa do primeiro interlocutor: “Desculpe-me; foi um jeito que me ficou da conversa que tive com um deputado.” Estamos em plena atmosfera política – veneno a que Machado de Assis, como uma espécie de Mitridates, se afeiçoou.

Está em cena a pura encenação, o teatro (no mau sentido), as falsas aparências da política. E não era só na crônica machadiana; essa visão das coisas políticas estava nos jornais do tempo. Na primeira página da *Gazeta de Notícias*, de 10 de outubro de 1886, sob o título de “A fusão”, lê-se, com todas as letras: “Como o sistema que felizmente nos rege, é de ficções, a fusão tem ainda o mérito de ser, no gênero, uma das mais bem acabadas.” Os desfalques da primeira crônica – exercícios que eram do

significante sem o correspondente significado, ou seja, pura empulhação – integram-se ao todo, aplicados que foram, por analogia, à esfera política.

Não é de admirar que, num tal contexto, tenha o escritor tomado o caminho da ficção – do conto e do romance, principalmente – para falar daquela sociedade e daquela realidade.

Na quinta crônica, publicada em 4 de outubro, a discussão do sistema político chega ao ponto central do sistema: o parlamentarismo. A discussão envolve três políticos, com três opiniões sobre o sistema (todas negativas, diga-se); por ora, entretanto, aparecem apenas duas: as dos senadores Leão Veloso e Uchoa Cavalcanti – a opinião do terceiro, Martinho Campos, fecha o conjunto, ao final da sétima crônica.

Não avancemos, porém, atabalhoadamente; ainda estamos na quinta crônica. É aí que se chega à medula do sistema político, à discussão do sistema parlamentarista. Até mesmo o sistema de votação por bolas (mas isso é lá na sexta crônica!) aparece aí... Não se chega a essa altura por progressiva escalação da montanha das ideias, mas por saltos e solavancos e choques entre ideias opostas. A quinta crônica começa por um telegrama de Vitória (naquele tempo diziam “da Vitória”), que noticiava um divertimento ilícito (uma jogatina) surpreendido pela polícia local. A notícia chamara a atenção de A, que expõe seus motivos: o correspondente associara à jogatina um desfalque (mais um!) ocorrido no correio daquela cidade há cerca de três anos. Três anos... novamente o tempo, que se torna matéria da palestra entre A e B. Diz A:

Que me importam os anos. O roubo de Pernambuco é de dias, e lá virá tempo em que escorregue para a lagoa Estígia, onde tudo se esquece. Daqui a pouco o Instituto Pernambuco insere o fato nos seus arquivos, entre a morte de Nero e a invasão dos bárbaros. Sócio haverá que prove que o tal roubo de oitocentos contos é uma inscrição lapidária: *D.C.C.C. contos...* isto é: “Deus, criador do céu conserta os contos (das lanças).” Dirá que foi achada em Nápoles pelos holandeses, trazida por eles, e aqui deixada escondida à margem do Beberibe. (ASSIS, 1886b, p. 1)

E não vem só o novo desfalque; vem também o seu comparsa, tema subsidiário, um outro testamento falso. Desta vez, mais complicado ainda: o testamento falso mencionado antes, o do Bíblia (na crônica de 12 de setembro) era escrito; o mencionado nesta crônica era nuncupativo – mais sujeito a testemunhos, controvérsias, versões, invenções, mentiras; são mais variadas aí as maneiras da falsificação.

A distância temporal também varia: trinta e um anos – o testamento oral do barão de Vila Nova do Minho ocorrera em 1855. E desses temas passa o cronista, de um salto, às opiniões de Leão Veloso e Uchoa Cavalcanti sobre o parlamentarismo. Método do cronista, que é um acrobata dos assuntos. É preciso ler para crer; é preciso meditar para entender.

VI

A sexta crônica da série (publicada em 14 de outubro) traz uma novidade: ela gira em torno de uma mulher. Diz A, para começo de conversa: “Estive há poucos minutos com uma senhora, que veio desconsolada da sessão da assembleia geral, vulgo fusão. Rejeitou um passeio nesse dia, só para ter o gosto de ver a cousa, e não viu nada.” (ASSIS, p. 1, 1886c) A essa altura, cruzam-se inúmeras linhas de interesse do autor: a presença de mulheres em eventos de natureza política, o interesse das mulheres pela causa dos negros (a deliberação da assembleia foi contrária ao interesse dos escravos – daí, talvez, ou certamente, o “desconsolo” que o cronista faz crer tenha sido causado pela parcimônia do debate), o interesse do cronista pela participação das mulheres na vida pública, e, talvez mais velado, a simpatia (do próprio cronista) pela causa dos escravos.

Não fica de todo distante desse conjunto de ideias a posição política de José de Alencar a respeito da representação das minorias – a despeito das posições desse escritor e político contra a abolição da escravidão. A ser assim, temos nesta crônica outra oposição dos extremos da sociedade: os negros escravos, agora ajuntados às mulheres, de um lado, e, de outro, a elite política e econômica, campo masculino, composto de homens brancos.

A propósito das ideias de José de Alencar sobre o sistema representativo, veja-se o que escreveu ele (em terceira pessoa) na “Introdução” a seu livro:

Há anos que o autor desta obra se ocupou da questão eleitoral, base do governo representativo.

Em janeiro de 1859 inseriu no *Jornal do Commercio* alguns artigos no desígnio de resolver o difícil problema da representação da minoria. Propunha o meio prático da restrição do voto de modo a deixar margem suficiente para que fosse também apurado o voto das frações.

Em termos mais positivos, o número dos votados devia ser inferior ao número dos eleitos na proporção conveniente para garantir uma representação à minoria sem risco da maioria.

Foi a primeira sugestão de semelhante ideia no Brasil. Nem mesmo na Inglaterra era ela então, como foi logo após, objeto de sérios estudos. Nesse ano de 1859 publicou Thomaz Hare um opúsculo sobre a matéria; e em 1860 foi seu sistema desenvolvido em outra publicação por Henry Faucett. A obra de Stuart Mill, onde essa nova tese política é sustentada com vigor e alto senso, apenas em 1861 veio a lume (*Government representatif, cap. 7º*). (ALENCAR, 1868, p. 3)

Tal ideia, que reputamos de alta importância, não nos parece de todo desvinculada da estrutura do pensamento machadiano em “A + B” – especialmente nesta crônica em que aparece uma mulher interessada em política, e, mais, que menciona uma sessão da assembleia geral em que foi votado um assunto de interesse dos escravos. Tudo isso muito velado (como era costume no autor); grande parte do que sabemos sobre a sessão da assembleia geral está nos jornais daqueles dias, não propriamente na crônica.

A presença dessa personagem quebra um pouco a austeridade e secura dos temas, permite ao cronista certo desenvolvimento humorístico e descontraído – muito embora seu comportamento fosse, para os padrões atuais, criticável e até mesmo, segundo certas perspectivas, reprovável. A revela a B o galanteio que fizera à mulher – de um mau gosto a toda prova. Não há como negar... há assédio na cena; a reação da mulher, permitida naquele contexto social, foi apenas esta: “Ela fez então o que devia: corou.”

A mulher se revela atenta a tudo o que se passa no parlamento, cita discursos de deputados e senadores. B chega a dizer: “Mas isso não é mulher, é um volume de *Anais!*” – frase de efeito humorístico, que hoje, com toda certeza, seria tomada por politicamente incorreta, machista, etc. A visita à câmara dos deputados (que não aconteceu) é tratada em detalhes, sob a forma do diálogo narrado entre A e a mulher (já vimos que o cronista era dado à fabulação, para o desenvolvimento de suas ideias).

Um dos detalhes da conversa diz respeito às duas tribunas da câmara, que ficavam na sala de espera. Diante da surpresa da mulher (com relação às tribunas serem duas e estarem fora do lugar), o cronista dá duas explicações: a encomenda teria sido feita a um marceneiro que nunca tinha ido à França, onde a tribuna é uma só, – de modo que não podia saber “que forma tinha, e em que lugar se punha” –; e o regimento

interno da câmara mandava os deputados se dirigirem ao presidente – de modo que o deputado teria de ter a chance de falar a ele sem que um estivesse de costas para o outro, ou para a assembleia.

Uma terceira explicação, que nos parece bastante óbvia, mas não aventada pelo cronista (ele deve ter tido seus motivos para não meter a igreja no discurso – já o tinha feito quando citou o jornal católico *O Apóstolo*), é esta: as tribunas que o marceneiro devia conhecer eram os púlpitos das igrejas... onde havia (quase sempre, talvez sempre) dois: um do lado da epístola, outro do lado do evangelho. Pode ter sido discrição ou economia de meios; afinal, o cronista era pago e a crônica encomendada devia ter extensão pré-estabelecida.

VII

A suposta explicação para as duas tribunas, que aventamos, poderia, por sua ausência, revelar-nos alguma coisa do pensamento de Machado de Assis? Não podemos ter certeza. O certo, porém, é que ele fazia o que podia para ocultar-se nos meandros de suas invenções. Nas palavras de Wilton Cardoso, é notável, e empresta-lhe à obra “singular sedução” a “ausência de testemunho do escritor acerca da trajetória vital e espiritual que percorreu”; nos escritos do autor, seus “meandros [da trajetória vital e espiritual] terão sido cuidadosamente escondidos à contemplação alheia”. (CARDOSO, 1958, p. 11-12)

Comparando Machado de Assis com outro escritor seu contemporâneo, Lima Barreto, Sérgio Buarque de Holanda constatou:

O certo é que, apesar de tudo quanto podiam ter de comum, os dois romancistas cariocas se separavam num ponto essencial. Enquanto os escritos de Lima Barreto foram, todos eles, uma confissão mal disfarçada, [...] os de Machado foram antes uma evasão e um refúgio. O mesmo tema que para o primeiro representa obsessivo tormento e tormento que não pode calar, este o dissimula por todos os meios ao seu alcance. (HOLANDA, 1956, p. 12)

Essa discrição, esse velamento das circunstâncias e dos assuntos biográficos na obra machadiana, apresenta-se, para além da questão relacionada aos púlpitos (talvez reveladora da mudança de posição do autor quanto à religiosidade presente em obras, especialmente poesias, de sua juventude), em outros pontos de “A + B”.

Sidney Chalhoub, em estudo dedicado a essas crônicas, faz algumas reflexões sobre a distinção, não só nesse conjunto de crônicas, entre ideias que são de personagens, do cronista (da *persona* – João das Regras, no caso da série “A + B”) ou de Machado de Assis, ele mesmo. (CHALHOUB, 2005, p. 67-74) A questão, evidentemente, não fica resolvida.

Na quarta crônica, bem no centro do conjunto, na parte do diálogo sobre as duas chapas liberais candidatas nas eleições para o senado, A pergunta a B: “E da outra [chapa] quem lhe parece que entraria [no senado]?” B responde: “Creio que o Malvino. E creia-me que, se não for agora, há de ser um dia; havemos de vê-lo entrar [no senado].” (ASSIS, 1886a, p. 1) Seriam tais palavras expressão das opiniões ou das simpatias políticas do autor? É outra coisa que não podemos saber, mas apenas supor. É verossímil.

A presença da mulher na política, o interesse pelos escravos, a referência à emenda Correia seriam sinais discretos dos interesses do autor pelos grandes problemas nacionais, índices de um desejo civilizacional por parte dele? A julgar pelo sistema de suas obras, acreditamos poder responder com um “sim” a esta (e a outras já feitas aqui) pergunta.

De tantas indagações sobre o autor, passamos a uma pergunta sobre nós mesmos. O que aprendemos, nos diálogos de “A + B”, sobre o grande escritor? Vimos que nesses textos forma-se como que um sistema “em rede”, em que as diversas partes do todo se intercomunicam, através de conexões entre pontos específicos, às vezes muito periféricos, de uma ideia maior e mais importante com pontos muitas vezes também periféricos de outra ideia igualmente vasta, e assim se compõe uma espécie de “nebulosa”, uma “nuvem de ideias”. Nessas crônicas assiste-se, em alta voltagem, à arte das transições, muito mencionada em seus aspectos mais visíveis, mas captada nesses diálogos no nível microscópico – na passagem de uma palavra a outra, de um todo a um detalhe, de um detalhe a outro detalhe, e deste detalhe a um outro todo.

Com tudo isso, chega-se a isto: “Juntando todas essas cousas a outras cousas, não lhe parece que aqui há cousa?” São palavras do cronista, que muito bem nos servem para pôr fim às nossas que, se pouco nos esclarecem, não deixam de ser uma tentativa, talvez malsucedida, de interpretação.

Referências

- ALENCAR, José de. *Sistema representativo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868.
- ASSIS, Machado de. O protocolo. In: *Teatro de Machado de Assis*. Volume I. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1863.
- ASSIS, Machado de. Ao acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 155, p. 1, 5 jun. 1864.
- ASSIS, Machado de. *Crisálidas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.
- ASSIS, Machado de. Antes da missa. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano I, p. 1, 7 maio 1878.
- ASSIS, Machado de. A nova geração. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º ano, t. II, p. 373-413, out.-dez. 1879.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.
- ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886a.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886b.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886c.
- ASSIS, Machado de. A semana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 6, p. 1, 6 jan. 1895.
- ASSIS, Machado de. Não consultes médico. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. VIII, p. 321-350, out.-dez. 1896.
- ASSIS, Machado de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- ASSIS, Machado de. *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.
- ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1908].
- BACHELARD, Gaston. Instante poético e instante metafísico. In: *O direito de sonhar*. Tradução de José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Rass, Maria Lúcia de Carvalho Monteiro, Maria Isabel Raposo. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 183-189.

BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: *Machado de Assis, o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999. p. 73-126.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática, 1980. v. 5. p. 4-13.

CARDOSO, Wilton. *Tempo e memória em Machado de Assis*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1958.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série "A + B" de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

FONSECA, Dermeval da. Ao corte do Machado. In: *A Semana*, Rio de Janeiro, ano II, v. II, n. 93, p. 326, 9 out. 1886.

GLEDSON, John. A Semana – 137. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/article/view/31807/21198>>. [Texto disponível, ainda sem paginação, em publicação antecipada.]

GOMES, Eugênio. O artista e a sociedade. Conferência pronunciada no PEN CLUB DO BRASIL, no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1958. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1958. p. 63-83.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 7-19.

PINTO, Nilton de Paiva. *O teatro de Machado de Assis – 1860-1870: uma alternativa na dramaturgia brasileira*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. [Tese de doutorado]

RIEDEL, Dirce Cortes. *O tempo no romance machadiano*. Rio de Janeiro: São José, 1959.

ROUBO na tesouraria. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 253, p. 1, 10 set. 1886.

SOUSA, J. Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

SOUSA NETO, Dário Ferreira. *Memórias do cotidiano e saberes sujeitos: Análise das crônicas A + B de Machado de Assis*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008. [Dissertação de Mestrado]

SOUZA, Gilda de Mello e. Macedo, Alencar, Machado e as roupas. In: *A ideia e o figurado*. São Paulo: Duas Cidades, 2005. p. 73-89.